



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 5745

**Presidente da Mesa Diretora:** José Maria Saraiva

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Não votado ou não tramitado

**Autoria:** Maria de Fátima Pereira Macedo

**Data:** 11/05/2004

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI S/Nº/2004. (NÃO VOTADO). Cria a Política Municipal de Promoção da Pessoa Portadora de Deficiência – PMPD, e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 26.2    **Posição:** 39    **Número de folhas:** 08

---

Espécie: PL  
Categoria: não tramitado, não votado  
Cl: 26.2  
Ordem: 39  
nº fls: 06



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2.004

AUTOR:

Vereadora Maria de Fátima Pereira Macedo.

ASSUNTO:

Cria a Política Municipal de Promoção da Pessoa Portadora de Deficiência (PMPD) e dá Outras Providências.

### MOVIMENTO

Entrada em 11/05/2.004

- 1 - Comissão de Legislação e Justiça
- 2 -
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

Carina





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

*Gabinete da Vereadora Fátima Pereira Macedo*

## Projeto de Lei nº 12004

### **Cria a Política Municipal de Promoção da Pessoa Portadora de Deficiência (PMPD) e da outras providências.**

O povo do Município de Montes Claros - MG, por seus representantes na Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1.º**- Fica criada, por esta Lei, a Política Municipal de Promoção da Pessoa Portadora de Deficiência (PMPD) que tem por finalidade a coordenação da formulação e implementação das políticas municipais de promoção e assistência social das/às pessoas portadoras de deficiência, para tanto articulando os órgãos governamentais e as entidades não-governamentais que atuam no setor.

**Art. 2.º**- Constituem Diretrizes da Política Municipal de Promoção da Pessoa Portadora de Deficiência:

I.-A conscientização da sociedade quanto aos direitos, necessidades e potencialidades das pessoas portadoras de deficiências;

II.-A prevenção, com vistas à redução das deficiências;

III.-A reabilitação médica, profissional, bem como a inserção no mercado de trabalho compatível com a respectiva deficiência e nos termos do art.º 93 da Lei Federal n.º 8.213, de 24 de julho de 1991;

IV.-A universalização da educação especial básica para todos os portadores de deficiência e busca de sua oferta nos demais níveis e graus de ensino;

V.-A acessibilidade em logradouros e edifícios públicos e particulares;

VI.-A integração dos portadores de deficiência nas atividades econômicas, sociais, políticas e culturais da nossa comunidade;

VII.-O intercâmbio nacional e internacional com órgãos e entidades congêneres, com vistas à troca de experiências.

**§1.º**- Considera-se pessoa portadora de deficiência a que apresenta deficiência física, mental, sensorial e múltipla, conforme diagnóstico de especialistas das áreas médica, psicológica, pedagógica ou social e com base nas definições da Portaria n.º 298 de 09 de agosto de 2001, do Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde, para os efeitos do Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999.





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

*Gabinete da Vereadora Fátima Pereira Macedo*

**§2.º** - Fica autorizado o Poder Público deste Município celebrar convênios com entidades que visem a proteção, a assistência e a defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiências em Montes Claros.

**Art. 3.º** - A Política Municipal de Promoção da Pessoa Portadora de Deficiência será garantida através da criação do Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência - **CMPD**.

**Art.4.º** - O Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência (CMPD), órgão permanente e vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, terá a finalidade precípua do assessoramento a Prefeitura Municipal de Montes Claros na formulação e implementação da política de promoção das pessoas portadoras de deficiência, no sentido da sua inserção na cidadania ativa.

**Art.5.º** - Para melhor concretizar sua finalidade, o **CMPD** terá as seguintes atribuições:

- I- Promover medidas que visem à proteção, a assistência e a defesa dos direitos dos portadores de deficiência;
- II- Articular e apoiar projetos e atividades que possam contribuir para a solução dos problemas dos portadores de deficiência;
- III- Opinar sobre critérios de atendimento e recursos financeiros destinados pelo Município a entidades que prestam serviço aos portadores de deficiência;
- IV- Acompanhar e assessorar a elaboração de projetos de Lei a serem encaminhados a Câmara Municipal, que sejam de interesse dos portadores de deficiência;
- V- Acompanhar o trabalho dos demais conselhos de direitos, no que tange aos portadores de deficiência;
- VI- Incentivar o desenvolvimento de projetos que objetivem a participação dos portadores de deficiência nos diversos setores de atividades sociais;
- VII- Apoiar campanhas de conscientização e programas educativos para a sociedade em geral, visando à valorização do portador de deficiência;
- VIII- Opinar sobre denúncias que lhe sejam encaminhadas relativas à lesão dos direitos dos portadores de deficiência;
- IX- Aprovar e propor o regimento interno.





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

*Gabinete da Vereadora Fátima Pereira Macedo*

**Art.6º-** O **CMPD**, órgão deliberativo, será constituído por 10 (dez) membros representantes de órgãos governamentais e por 6 (seis) representantes de entidades não-governamentais e opcionalmente até 4 (quatro) membros de entidades conveniadas, conforme §2.º do art.2º desta Lei:

**§1º-** São membros governamentais os representantes dos seguintes órgãos:

I- Secretaria Municipal de Governo;

II- Secretaria Municipal de Saúde;

III- Secretaria Municipal de Educação;

IV- Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social;

V- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes - SEDESE;

VI- Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente -CAADE;

VII- 22ª Superintendência Regional de Ensino;

VIII- Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES;

IX- Delegacia Regional do Trabalho;

X- Câmara Municipal de Montes Claros;

**§2º-** Os representantes governamentais dos incisos de I a IV, do parágrafo anterior e seus suplentes, um para cada órgão, serão indicados pelo Prefeito através de decreto, dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito das respectivas secretarias.

**§3º-** Os representantes governamentais e seus suplentes, um para cada órgão, dos incisos V a IX, do **§1º do art. 6.º**, serão indicados pelos titulares das respectivas unidades.

**§4º-** O representante da Câmara Municipal e suplente, inciso X, serão designados pela mesa Diretora da Casa.

**§5º-** Os representantes não-governamentais e seus suplentes, um para cada órgão, serão indicados pelos titulares dessas respectivas unidades :

I- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (**APAE**);

II- Associação dos Surdos de Montes Claros (**ASMOC**);

III- Associação dos Deficientes Físicos de Montes Claros (**ADEMOC**);

IV- Escola Estadual de Ensino Especial Abdias Dias de Souza;

V- Centro Pedagógico Capelo Gaivota;





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

*Gabinete da Vereadora Fátima Pereira Macedo*

**§6º-** As entidades conveniadas, conforme o **art.6º** desta Lei, poderão se fazer representar no **CMPD**, desde que preencham as seguintes condições:

- a) Tenham personalidade jurídica reconhecida oficialmente;
- b) Tenham funcionamento regular, com desenvolvimento de políticas e ações de promoção da pessoa portadora de deficiência, por tempo não inferior a 2 (dois) anos;
- c) Requeiram, por ofício, sua representação no Conselho e sejam assim reconhecidas por maioria absoluta de seu plenário.
- d) Estejam em conformidade com o **§2.º** do **art. 2.º** desta Lei.

**§7º-** Os representantes de que trata o parágrafo anterior serão indicados pelos respectivos titulares dessas entidades.

**Art.8º-** Os membros do Conselho e respectivos suplentes exercerão mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a reeleição apenas por uma vez e por igual período.

**Art.9º-** A função do membro do Conselho é considerada de interesse público e relevante e não será remunerada.

**Art.10º-** A Diretoria do Conselho será eleita por seus pares, na primeira reunião.

**Art.11º-** O Poder Executivo do Município, destinará suporte administrativo, instalações e funcionários para o necessário funcionamento do **CMPD**.

**Art.12º-** As normas do **CMPD** serão regulamentadas em Decreto do Prefeito de Montes Claros, no prazo máximo de 60(sessenta) dias da publicação desta Lei.

**Art.13º-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 06 de maio de 2004.

  
**FÁTIMA PEREIRA MACEDO**  
Vereadora

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
*E POSTA*  
EM *12* DE *MAIO* DE 2004  
*Raul*  
PRESIDENTE





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA JURÍDICA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2004 QUE “Cria a Política Municipal de Promoção da Pessoa Portadora de Deficiência ( PMPD ) e dá outras providências.”, de autoria da Vereadora Fátima Pereira Macedo.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros – MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento visa criar a Política Municipal de Promoção da Pessoa Portadora de Deficiência (PMPD), que tem por finalidade a coordenação da formulação e implementação das políticas municipais de promoção e assistência social das pessoas portadoras de deficiência. São diretrizes da PMPD: a conscientização da sociedade quanto aos direitos, necessidades e potencialidades das pessoas portadoras de deficiências; a prevenção, com vistas à redução das deficiências; a integração dos portadores de deficiência nas atividades econômicas, sociais, políticas e culturais da nossa comunidade. Fica o Poder Público autorizado a celebrar convênios com entidades que visem à proteção, a assistência e a defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiências.

Estabelece, também, que a Política Municipal de Promoção da Pessoa Portadora de Deficiência será mantida através da criação do Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência – CMPD, órgão permanente e vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social e terá a finalidade precípua do assessoramento a Prefeitura Municipal na formulação e implementação da política de promoção das pessoas portadoras de deficiência.

Ainda, em conformidade com a proposição, o CMPD terá as suas atribuições e será órgão deliberativo, constituído por 10 (dez) membros representantes de órgãos governamentais e por 06 (seis) representantes de entidades não governamentais e opcionalmente até 04 (quatro) membros de entidades conveniadas. O Poder Executivo do Município destinará suporte administrativo, instalações e funcionários para o necessário funcionamento do Conselho.

Com fulcro nos artigos 84 e 85 da *Lei Orgânica Municipal*, temos: *São organismos de cooperação com o Poder Público: os Conselhos Municipais e as fundações e associações privadas. Os Conselhos Municipais terão por finalidade auxiliar a Administração na análise, no planejamento e na decisão de matérias de sua competência.*

*“ Art 86- A lei autorizará o Executivo a criar Conselhos Municipais, cujos meios de funcionamento este proverá, definindo, em cada caso, atribuições, organização, composição, funcionamento, forma de nomeação de titulares e suplentes e prazo do respectivo mandato.”*





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A atribuição do Plenário é deliberar na forma regimental, votando leis, decretos legislativos, resoluções e proposições inominadas de interesse da Administração municipal, tais como: autorizações e aprovações de matéria do Executivo submetida à apreciação da Câmara. Compete à Câmara somente *autorizar* o prefeito a praticar o ato administrativo que dependa da concordância da Edilidade. Ao chefe do Executivo é que incumbe, sempre, praticar concretamente o ato autorizado pela Casa Legislativa.

*Ex positis*, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo o que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, Ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG., 18 de maio de 2004.

Gabriela Regina Abreu  
Assessora Jurídica  
OAB/MG 81.617